



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

JUSTIFICATIVA - PL 0009/2018

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo os dados da ONG Transgender Europe, e estima-se ainda que a grande maioria foi ou ainda é obrigada a se prostituir para sobreviver. Historicamente, foram diversas as tentativas de apagar essa população, seja por meio da violência ou por meio da estigmatização, que reserva a este público um papel de invisibilidade e inferioridade, e aumenta ainda mais o extermínio e a situação de vulnerabilidade a que estão sujeitas.

Dados sobre as condições de vida, inclusão social, empregabilidade, acesso à saúde e educação praticamente não existem, restringindo as poucas informações ao círculo acadêmico - o que torna mais invisíveis os problemas dessa população. A ausência de dados indica a falta de capacidade do Estado para equilibrar as iniquidades dos grupos deixados à margem do processo de desenvolvimento.

A pauta LGBTI, em um processo de fortalecimento da compreensão sobre políticas públicas direcionadas a populações mais vulneráveis, não pode mais ser compreendida como uma pauta isolada: é uma agenda transversal que contempla diversos segmentos da sociedade e abrange os direitos à saúde, educação, transporte, habitação, segurança pública, emprego, cidadania e direitos humanos e está no centro da disputa ideológica e cultural na sociedade.

A atuação do governo deve se pautar pelo respeito a uma compreensão progressista e universal de respeito aos direitos humanos. Nessa dimensão, é preciso avaliar os limites da capacidade institucional existentes e atuar no sentido de responder às demandas emergenciais dessa população. Essas demandas apontam para o enfrentamento à situação de violência e iniquidades a que estão sujeitas as travestis e transexuais, em um contexto de cultura transfóbica, social e institucional, que potencializa os atos de preconceito. O discurso do ódio que legitima atos de violência e discriminação precisa ser combatidos em suas causas, mas também com respostas rápidas e emergenciais sobre seus efeitos.

E talvez uma das formas mais efetivas para que sejam construídas estas respostas é através da autonomia deste público, viabilizada por sua inserção no mercado de trabalho formal. A Prefeitura precisa assumir sua responsabilidade na construção de políticas afirmativas efetivas para o resgate da cidadania de travestis e transexuais, que passa por programas de empregabilidade que abarcam concursos públicos, empresas contratadas da Prefeitura, programas e projetos de empregabilidade e capacitação para o mercado de trabalho, entre outras iniciativas previstas neste Programa Municipal de Empregabilidade Trans que ora se propõe.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 07/03/2018, p. 83

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.camara.sp.gov.br.